

PORANTIM

ISSN 0102-0625

Em defesa da causa indígena

Ano XXVII · Nº 291 · Brasília-DF · Dezembro-2006
R\$ 3,00



ENCARTE

20 anos do martírio
do povo Xakriabá em
Minas Gerais

Apib cobra instalação
da Comissão de
Política Indigenista

Página 5

SEMINÁRIO DE AFIRMAÇÃO DO POVO CHIQUITANO

Comunidades do Brasil e da Bolívia fortalecem a luta por seus direitos

páginas 8 e 9

Entraves e penduricalhos?

São inesquecíveis as palavras que Marçal Tupã-i dirigiu em 1980 em Manaus ao Papa João Paulo II: “Santo Padre, nós depositamos uma grande esperança na sua visita em nosso país. Leve o nosso clamor, a nossa voz por outros territórios, porque o nosso povo, a nossa nação indígena está desaparecendo no Brasil. Santo Padre, eu deixo aqui meu apelo. Apelo de 200 mil indígenas que lutam pela sobrevivência nesse país tão grande, mas tão pequeno para nós!”

João Paulo II respondeu fazendo votos de “que a vocês, cujos antepassados foram os primeiros habitantes desta terra, obtendo sobre ela um particular jus ao longo das gerações, seja reconhecido o direito de habitá-la em paz e na serenidade, sem temor de serem desalojados em benefício de outrem, mas seguros de um espaço vital que será base, não somente para a sua sobrevivência, mas para a preservação de sua identidade como grupo humano, como verdadeira nação!”

O encontro entre Marçal e o Papa se deu há mais de 25 anos. E o mundo todo aplaudiu.

Em novembro de 1983, Marçal Tupã-i sofreu a mesma triste sorte de milhares de seus irmãos. Foi brutalmente assassinado por pistoleiros, a mando de inescrupulosos fazendeiros. Em abril de 1987, foi assassinado o missionário do Cimi Vicente Cañas, que vivia com os Enawene-Nawê. Sua cruel morte voltou

às manchetes nestes dias, por causa do tribunal de júri realizado 19 anos depois do crime, o que mostra a imperdoável falta de vontade política de acabar com a impunidade de mandantes e executores de crimes contra os aliados dos índios.

O mesmo ano do covarde assassinato de Vicente foi o ano da Assembléia Nacional Constituinte. Nós do Cimi nos empenhamos, aliados aos representantes dos povos indígenas, em favor da inscrição dos direitos dos índios na Constituição. A reação dos setores antiindígenas foi uma virulenta campanha de calúnias e perseguições contra o Cimi. Mesmo assim, não recuamos e celebramos, junto com os povos indígenas, uma grande vitória. O artigo 231 da Constituição, promulgada em 1988, acabou com a vergonhosa condição dos índios serem considerados “relativamente incapazes à prática de certos atos civis”.

A intenção da Constituição Federal de 1967 era “incorporar” gradativamente os índios à comunhão nacional. Incorporados, eles tornariam-se brasileiros “comuns”, sem direitos específicos sobre suas terras ancestrais. Só assim deixariam de ser “entraves” para o progresso e o desenvolvimento do País. De repente, porém, sopraram outros ventos! A nova Constituição assegurou aos indígenas o direito a “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que

tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Mas, o salto da letra constitucional para o chão concreto da realidade indígena não aconteceu! Consta no Artigo 67 da mesma Carta Magna: “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”. Até hoje apenas a metade das terras indígenas estão com o processo de demarcação concluído.

Fui eleito pela primeira vez presidente do Cimi no ano em que Marçal foi assassinado. No ano em que mataram Vicente Cañas fui reeleito para um segundo mandato. Sou eleito agora, mais uma vez, para terminar o mandato do saudoso Dom Franco, que tanto se dedicou nos últimos anos à causa indígena.

E mal assumo minha missão, assisto, perplexo e indignado, ao que o reeleito Presidente da República disse sobre índios, quilombolas, ambientalistas e até sobre o Ministério Público. Dou-me conta que voltaram velhos chavões contra os índios que pensávamos definitivamente eliminados dos discursos oficiais. Mais uma vez é deflagrada, capitaneada pelo próprio Presidente da República, Lula, o outrora “companheiro” dos pobres e excluídos, uma cruzada antiindígena, como se nunca tivesse sido promulgada a Constituição “cidadã”.

Mas toda essa insensatez presidencial e os aplausos que por suas anacrônicas declarações granjeou de sojeiros, barrageiros e outros promotores de agressões contra a Amazônia, os povos indígenas e aqueles que assumem sua defesa, não nos farão bater em retirada. Pelo contrário! Não vamos recuar! A Constituição Federal e tantos tratados internacionais que o Brasil assinou nos corroboram em nossa luta. Usaremos todos os meios legais para que os direitos indígenas sejam respeitados.

Dom Erwin Kräutler

Bispo do Xingu – Presidente do Cimi



Fora da realidade

Retórico e distante da realidade do meio rural brasileiro. Foi como o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, qualificou os dados do Relatório Direitos Humanos no Brasil – 2006, lançado pela Rede Social no dia 30 de novembro.

Em relação aos povos indígenas, os dados do Relatório apontaram que entre os anos de 2005 e 2006, mais de 80 indígenas foram processados criminalmente, de maneira ilegal, em decorrência de conflitos envolvendo a luta pela terra, indicando um processo de criminalização de lideranças.

Sobre as pessoas que trabalham no corte da cana-de-açúcar, os dados informam que em 2005 houve 416 mortes de trabalhadores rurais, a maioria seria causada por desgaste físico pelo excesso de trabalho. Essa é a realidade que o Relatório mostra.

Precisa de decreto

Referendado pelas declarações do presidente Lula em relação aos “entraves” ambientais, o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), trouxe uma questão para o debate em torno da questão ambiental: “Por que não podemos plantar soja na Amazônia? Onde está o decreto que proíbe?” – quer saber Aldo.

O interesse deve ser cumprir exatamente o que dizem as leis brasileiras, por isso a proposta de Lula é flexibilizar a legislação ambiental. Assim, deve ficar mais fácil obedecer. O agronegócio agradece.

Mais tempo para discutir

Os povos indígenas do mundo inteiro ficaram decepcionados com a Organização das Nações Unidas. Depois de 20 anos de trabalho para finalizar a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, o Terceiro Comitê das Nações Unidas definiu, no dia 28 de novembro, que a Assembléia Geral da ONU deve adiar a discussão da Declaração.

De acordo com o Comitê, as considerações sobre o projeto ainda não foram concluídas.

MARIOSAN



ISSN 0102-0625

PORANTIM

Edição fechada em 11/12/2006

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

APOIADORES



Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, **PORANTIM** significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler
PRESIDENTE

Paulo Maldos
ASSESSOR POLÍTICO

Marcy Picango
EDITORA
RP 44458/SP

Priscila D. Carvalho
EDITORA
RP 4604/02 DF

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz
Benedito Prezia
Egon Heck
Nello Ruffaldi
Paulo Guimarães
Paulo Maldos
Paulo Suess

Editoração eletrônica:
Licurgo S. Botelho
(61) 3349-5274

Revisão:
Leda Bosi

Impressão:
Gráfica Teixeira
(61) 3336-4040

Administração:
Dadir de Jesus Costa

Redação e Administração:
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650

Fax: (61) 2106-1651

Caixa Postal 03.679

CEP: 70.089-970 - Brasília-DF

E-mail: editor.porantim@cimi.org.br

Cimi Internet: www.cimi.org.br

Registro nº 4,

Port. 48.920,

Cartório do 2º Ofício

de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura pela internet:
adm.porantim@cimi.org.br

PREÇOS:

Ass. anual: R\$ 40,00

Ass. de apoio: R\$ 60,00

América latina: US\$ 25,00

Outros Países: US\$ 40,00

Povo Krahô-Kanela, enfim, poderá viver em paz na sua terra

Após muita pressão, Decreto que desapropria terra para o povo é publicado

Marcy Picango
Editora do Porantim

O cacique Mariano Ribeiro, do povo Krahô-Kanela, tinha um riso largo e leve no rosto na manhã do dia 8 de dezembro. Após uma angustiante expectativa, ele viu publicado, no Diário Oficial da União, o Decreto para desapropriação da área onde seu povo poderá viver em paz: a terra Mata Alagada, no município de Lagoa da Confusão, no Tocantins.

Desde o dia 20 de novembro, ele e seus irmãos, Argemiro e Pexereca Ribeiro, estavam em Brasília para resolver a questão da terra deste povo. “A gente não pode voltar sem o decreto publicado, pois vai ter conflito”, repetiu várias, Mariano, nestas três semanas.

O Decreto precisava ser publicado até meados de dezembro. De outra forma, não seria possível usar a verba de R\$8 milhões destinada, em agosto, pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) para esta desapropriação. A Portaria que liberou o recurso foi assinada pelo Incra e pela Fundação Nacional do Índio (Funai) no dia 17 de agosto.

Entretanto, apenas no dia 20 de novembro, o presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, encaminhou a minuta do Decreto para o Ministério da Justiça, que, após assinatura do ministro Márcio Thomaz Bastos, enviou, no dia 5 de dezembro, a minuta para a Presidência da República. Neste período, as lideranças Krahô-Kanela receberam o apoio de diversos parlamentares e assessores do governo na luta por sua terra.

A Funai decidiu pela desapropriação da terra, no final de 2005, após concluir que

não era possível comprovar a tradicionalidade da área reivindicada.

Peregrinações

“Agora, a gente vai poder plantar, construir casa...”, planeja Mariano, que “viveu a vida toda se mudando”. Os Krahô-Kanela foram expulsos de sua terra, no Tocantins, há 30 anos. Neste período, sofreram perseguições, moraram em assentamentos rurais, em terras de outros povos e em outros lugares de onde foram expulsos. Nos últimos três anos, viveram em uma casa construída sobre um antigo lixão da cidade de Gurupi, após tentativas frustradas de voltarem para—sua terra.

Ainda em agosto, cerca de 90 pessoas do povo Krahô-Kanela foi para a Mata Alagada. Atualmente, estão morando embaixo de lonas, que rasgam com as fortes chuvas que têm caído naquela região. O proprietário da terra, Marcos Vinícius Santana, impediu os indígenas de construir casas ou iniciarem uma roça, antes de receber o pagamento.



Pexereca, cacique Mariano e Argemiro Ribeiro comemoram a conquista de sua terra

Processo dos Tupinikim e Guarani pára nas mãos de Thomaz Bastos

O ministro Márcio Thomaz Bastos já anunciou que deixará o Ministério da Justiça no fim de dezembro. Em sua mesa, provavelmente, ficará sem solução o processo de demarcação da terra dos povos Tupinikim e Guarani no Espírito Santo. A publicação da Portaria de Delimitação da terra necessita apenas da decisão do ministro.

O processo está no gabinete de Thomaz Bastos desde o dia 20 de novembro. Com isto em mãos, ele deveria solicitar novas informações sobre o caso ou publicar a Portaria. Até o fechamento

desta edição, ele não havia tomado nenhuma dessas providências.

O parecer que a Funai encaminhou ao Ministério da Justiça, em 12 de setembro, confirmou mais uma vez que os 11 mil hectares reivindicados pelos Tupinikim e Guarani e que estão ocupados pela empresa Aracruz Celulose são terra tradicional destes povos.

Em fevereiro de 2006, em audiência na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, Márcio Thomaz Bastos prometeu que homologaria as terras até o fim de dezembro. A falta de solução está aumentando

a tensão na cidade de Aracruz. “Tudo que acontece na cidade colocam como responsabilidade da gente e a Aracruz continua incentivando o preconceito”, comenta Paulo Tupinikim, liderança da aldeia Caieras.

Ele explica que a comunidade está revoltada com o fato do ministro não ter cumprido a promessa. “A gente acreditou no governo e agora o processo está nas mãos dele e ele não assina a portaria. A gente tem esperança que a demarcação saia até o fim de 2006, mas fica difícil confiar desse jeito.”, declara a liderança. ■



Foto: Priscila D. Carvalho

Agora, a comunidade aguarda a efetuação do pagamento e emissão do título de posse em seu nome. Em seguida, precisará batalhar para conseguir construir as casas e realizar as plantações e outras iniciativas para se sustentarem. “É uma nova luta, mas a gente já vai ficar mais tranquilo, por que sabe que não vai ser expulso”, sorri aliviado o cacique Mariano.

Presidente da Funai publica retratação por críticas ao Cimi

No dia 30 de novembro, o presidente da Fundação Nacional do Índio, Mércio Pereira Gomes, publicou, no Jornal do Comércio, um dos principais jornais de Pernambuco, uma nota de retratação por ter dito, em janeiro de 2006, que o Conselho Indigenista Missionário havia manipulado dados sobre assassinatos de indígenas no país para obter recursos financeiros de organizações internacionais.

Texto da nota

“A respeito da matéria publicada no Jornal do Comércio, dia 06 de janeiro de 2006, afirmo que não usei a expressão ‘manipulação de dados’ por parte do Cimi - Conselho Indigenista Missionário - para obter recursos da Europa, e sim que os dados apresentados por essa entidade não correspondiam aos dados que a Funai conhece sobre a morte de indígenas. Outrossim, declaro que usei termos não condizentes com o respeito que o Cimi merece e que eu pessoalmente tenho. Recife, 6 de novembro de 2006.

Mércio Pereira Gomes,
Presidente da Funai.”

Lideranças foram a Brasília resolver definitivamente a questão da terra

Aprovação de Estatuto não é prioridade para o Governo

Regulamentação separada para exploração mineral e hídrica em terras indígenas atropela discussão do Estatuto

Jonas Valente
Agência Carta Maior

Na primeira semana de dezembro, fez 12 anos que a proposta de Estatuto dos Povos Indígenas aguarda votação na mesa da Câmara dos Deputados. Às vésperas deste triste aniversário, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara realizou, no dia 28 de novembro, um seminário para discutir a agenda legislativa da questão indígena para 2007.

O Estatuto, grande pauta no plano legal destas populações, no entanto, ficou em segundo plano e deu lugar ao que promete ser a principal discussão no Congresso no próximo ano: as regras para exploração de recursos minerais e hídricos em terras indígenas. O tema é polêmico e envolve os setores de mineração e produção de energia, considerados estratégicos na discussão sobre o “destravamento” do país.

Segundo o Artigo 231 da Constituição Federal, “o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só pode ser efetivado com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei”.

Este último termo, “na forma de lei”, indica que o uso dos recursos só poderia acontecer se regulamentado por uma norma específica. A primeira proposta legislativa a tratar do tema foi o Estatuto dos Povos Indígenas. Ele prevê que as comunidades indígenas possam receber recursos da lavra a partir de um plano de uso que deve ser aprovado pela Funai. O texto também condiciona a aprovação da exploração de recursos ao Congresso Nacional e exige licenciamento ambiental para lavra.

O tema ganhou cara própria dentro do Congresso com o Projeto de Lei 1610/96, do Senador Romero Jucá (PMDB-RR). A proposta de Jucá atende as empresas mineradoras, retirando a influência da Funai sobre o plano de uso dos recursos obtidos na exploração, estipulando que o Congresso apenas aprove a decisão administrativa sobre a exploração, e não exigindo o licenciamento ambiental para lavra.

Uma das principais polêmicas, tanto da proposta de Estatuto quanto do PL de Jucá, é a manutenção do chamado princípio de prioridade para as empresas que entraram com pedido de exploração de recursos minerais antes da aprovação da Constituição, em 1988.

O uso deste expediente foi contestado por Raul Teles, advogado do Instituto Socioambiental (ISA). Ele questionou os argumentos de que a mudança do princípio de prioridade geraria uma onda de questionamentos judiciais contra o governo pelo grande número de autorizações concedidas pré-1988. “Isso seria tornar exceção uma regra, não há tantos direitos adquiridos como se alega”, disse.

A posição foi partilhada pelo diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Miguel Nery, que anunciou a entrada do governo na briga

Fotos: Priscilla D. Carvalho



Seminário também debateu demarcação de terras, patrimônio, tutela, saúde e educação

com a apresentação de uma proposta de substitutivo no Congresso. Segundo Nery, a proposta acaba com o princípio da prioridade e adota o procedimento licitatório.

Na avaliação de Cláudio Beirão, advogado do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), não basta resolver o problema do princípio de prioridade. É preciso que a nova legislação garanta a participação das comunidades indígenas no processo administrativo em um processo que evite a pressão das mineradoras, que hoje é fundamental para garantir o consentimento das comunidades a exploração de seus recursos.

Recursos hídricos

Em sua exposição, Romero Jucá colocou a necessidade de resolver também o caso do uso de recursos hídricos, sobretudo para fins de produção de energia. Hamilton Geraldo, da Agência Nacional de Energia Elé-

trica (Aneel), apontou que a semelhança entre os procedimentos para exploração de minérios e de recursos hídricos pode ser usada para tratar em uma mesma lei os dois temas. De acordo com Geraldo, o Brasil explora hoje 28,2% do seu potencial hidroelétrico. Ele citou o caso da Região Norte, que usa apenas 8,9% de seu potencial, numa referência aos desafios de aproveitamento hidroelétrico na Amazônia, que esbarra principalmente na localização de muitos rios em Terras Indígenas. “Em função das necessidades futuras, vamos precisar dentro de um desenvolvimento sustentável buscar entendimento sobre este assunto. Precisamos ter regra clara.”, defendeu.

A inclusão de dispositivos sobre o uso de recursos hídricos em versões futuras do PL foi rechaçada pelo diretor do DNPM, Miguel Nery. Para Raul Teles, do ISA, a questão principal é a análise dos impactos da construção de hidrelétricas sobre aldeias indígenas. No caso da Amazônia, isso é ainda mais delicado pelo fato das comunidades manterem uma relação de dependência com as águas para alimentação e transporte. “No Parque do Xingu há uma pequena central hidrelétrica que deixou o rio sem peixe, o que aconteceu também em Tucuruí. Estudos indicam o mesmo risco na construção da usina do Rio Madeira”, alertou Teles. Para o representante do ISA, mais do que uma Lei é preciso fazer uma avaliação ambiental estratégica sobre quais bacias podem ou não ser usadas para a construção de hidrelétricas.



Governo preparou projeto sobre exploração em terras indígenas sem discutir com os povos

Estatuto

Durante o debate, Azelene Kaingang, do Warã Instituto Indígena Brasileiro, questionou os presentes afirmando que a opção por um PL apenas para a questão da exploração mineral esvaziaria o estatuto dos povos indígenas. Miguel Nery, do DNPM, deu a senha revelando a avaliação do governo de que a manutenção da questão no Estatuto dificultaria muito a sua aprovação. Nas falas dos presentes, ficou evidente que a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas não é prioridade para o governo e que a disputa do pró-

ximo ano estará no conteúdo do PL de exploração mineral em terras indígenas e na decisão ou não sobre a incorporação da temática do uso de recursos hídricos para produção energética nestas áreas.

Para Cláudio Beirão, do Cimi, as informações sobre a estratégia do governo federal demonstram a manutenção da postura da gestão Lula nos últimos quatro anos. “O governo tinha compromisso de destravar e colocar projeto [do Estatuto] para frente, mas foi demonstrado aqui que tem anteprojeto só pra tratar de mineração, abandonando o estatuto”.

Para Beirão, o caso é ainda pior uma vez que os povos indígenas e suas entidades sequer foram consultados sobre o anteprojeto, como vem se dando em outras áreas nas quais foram criados comitês com participação da sociedade civil. A continuar este processo, restará às populações indígenas a disputa no Congresso, espaço que, a julgar pelo engavetamento da proposta de Estatuto, se mostra pouco acolhedor das demandas destes povos que guardam em si as origens e a história do País.

Comissão Nacional de Política Indigenista volta à pauta

Movimento indígena reúne-se com assessores do presidente Lula, durante reunião da Apib em Brasília

Priscila D. Carvalho
Repórter

O controle social das políticas públicas voltadas aos povos indígenas e a participação das lideranças na formulação dessas políticas e em conselhos públicos foram temas debatidos pelo movimento indígena na reunião da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, a Apib, que aconteceu na primeira semana de dezembro, em Brasília.

Em meio a esta discussão, inevitavelmente, surge o tema que há quase dois anos faz parte da agenda política do movimento: a criação da Comissão Nacional de Política Indigenista. A Comissão foi um dos assuntos tratados em reunião entre lideranças, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, e o assessor especial da Presidência da República, César Alvarez. O encontro aconteceu dia 30 de novembro, no Palácio do Planalto.

Alvarez concordou com os indígenas sobre a necessidade de articulação das políticas voltadas aos povos, hoje desenvolvidas por diversos ministérios e secretarias sem que haja uma instância de coordenação, planejamento e de definição de prioridades. O assessor da Presidência ressaltou a necessidade de se construir uma agenda conjunta entre movimento indígena e governo.

As lideranças reafirmaram que os objetivos da Comissão Nacional eram exatamente estes, e que seu andamento foi paralisado por intervenção da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A Comissão foi criada em março de 2006, através de decreto o presidente da República. A escolha dos representantes indígenas e governamentais e a instalação do grupo estavam previstas para maio. As organizações indígenas cumpriram prazos e requisitos determinados pelo decreto presidencial. Mas, houve divergência na indicação de nomes. A divergência nasceu na Conferência Nacional realizada pela Funai, onde também houve indicação de representantes para a Comissão.

Passaram-se mais de seis meses do prazo e a Comissão não foi instituída. Na penúltima semana de novembro, a Funai finalmente encaminhou ao Ministério da Justiça a lista de nomes, mas duas das indicações são questionadas pelas entidades indígenas Apoinme e Coiab.

Alvarez comprometeu-se a analisar a situação da Comissão e a encaminhar, até 10 de dezembro, uma resposta ao grupo sobre a possibilidade de instalação da Comissão até o início do próximo ano.

Projetos de desenvolvimento

O tema de mineração em terras indígenas e da construção de hidrelétricas que afetam terras indígenas também esteve na pauta da reunião, realizada poucos dias depois das declarações do presidente Lula sobre a necessidade de “destravar” o desenvolvimento do país, que sofreria entraves pela legislação ambiental e pelas populações indígenas. As falas foram imediatamente criticadas por entidades indígenas, indigenistas e ambientalistas. Na reunião, os indígenas solicitaram espaço para contribuir e opinar sobre o projeto de lei sobre mineração que o Governo Federal pretende encaminhar ao Congresso Nacional.



Movimento discute participação nas políticas públicas

“Foram 500 anos sem políticas públicas voltadas para indígenas, negros, e nem mesmo para brancos quando são pobres. A gente quer contribuir nas políticas. A violência contra nossos povos acontece por causa da demora na regularização das terras. Hoje, não tem mais só pistoleiros, tem também empresas de segurança particular contratada para matar a gente de forma legal”, afirmou o Kaiowá Anastácio Peralta, durante a reunião realizada em 30 de novembro no Palácio do Planalto. “Sabemos que é difícil romper com as maneiras antigas de fazer as coisas, e que existem pressões de parlamentares ligados a fazendeiros, empresários, banqueiros. Queremos construir políticas que não sejam apenas assistencialistas, que olhem a médio e longo prazo”, disse.

A disposição para participar da construção de políticas voltadas aos povos foi bem recebida pelo ministro Luiz Dulci. Ele avaliou que, apesar dos problemas, houve “avanços parciais” no primeiro mandato do presidente Lula – como a demarcação de Raposa Serra do Sol - que precisam ser aprofundados nos próximos quatro anos. “Precisamos fazer mais no segundo mandato do que fizemos no primeiro”.

Participação em conselhos

O tema, que foi tratado na audiência no Planalto, também foi discutido na reunião da Apib durante três dias. Além de conversar sobre as políticas que existem para os indígenas no Brasil, o grupo avaliou a participação das comunidades na formulação e no controle das políticas.

Um dos pontos centrais foi a participação de representantes indígenas em conselhos que existem nos municípios, estados ou em nível federal. “Muitas vezes a presença de indígenas em conselhos acontece só para legitimar as políticas, porque os temas discutidos não vêm da gente e não são pensados conosco”, questiona Ilton Tuxá, representante dos povos do Nordeste pela Apoinme.

As lideranças debatem formas de tornar mais forte a relação dos conselheiros indígenas com suas comunidades e bases políticas. Buscam também formular mecanismos para que o poder público consiga indicar para os conselhos pessoas com representatividade social.

Para isso, decidiram fazer um levantamento das instâncias que atualmente têm conselheiros indígenas, para identificar quem são os representantes, o prazo de atuação e, com isso, atuar para que as indicações sejam feitas não através de pessoas, e sim das organizações regionais.

Assim, vão tentar garantir uma relação mais forte entre conselheiros e o movimento: as decisões dos conselhos precisam ser baseadas nas avaliações das comunidades, para que a representação seja feita com qualidade. “E também precisamos melhorar os mecanismos de comunicação, para todo mundo saber quem são os representantes nos conselhos”, avalia Ilton Tuxá. ■

Governo concordou que políticas voltadas para os povos precisam estar articulada e apontou um novo prazo para a instalação da Comissão: início de 2007

Abril indígena: 16 a 22 de abril

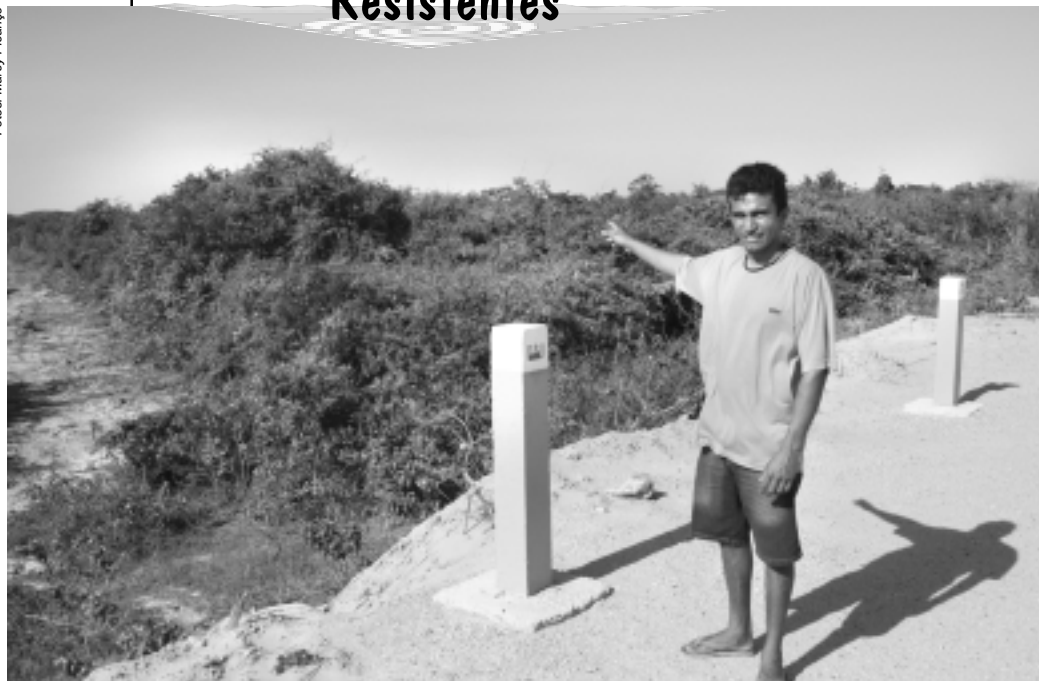
Está confirmado: o quarto acampamento Terra Livre acontecerá em Brasília em abril de 2007. Mas as mobilizações nas cidades e estados devem começar antes.

Até 10 de abril Atividades regionais

- audiências nas câmaras dos vereadores e assembleias legislativas.
- seminários em universidades, escolas e igrejas
- atos públicos com outros movimentos sociais e entidades de apoio

De 10 a 15 de abril caravanas a Brasília

De 16 a 22 de abril acampamento Terra Livre



Os Anacé têm denunciado os grandes impactos ambientais e sociais causados pelas obras do Complexo Industrial Portuário do Pecém

A luta do povo Anacé em meio ao complexo industrial do CE

Povo se organiza para resgatar sua história, cultura e terra e tentar preservar a região

Marcy Picanço
 Editora do Porantim

No tempo que os brancos estavam matando os índios, matando a mata; os índios foram se afastando e procurando mata virgem. Os que morreram na luta se encantaram. Ficaram encantados porque tinham a força de Deus. Os índios tinham e têm força de Deus. Então, surgiu a corrente de encantados que vai do Gregório ao Morro do Sirica. Passa por cima de Jirau, Baixa das Carnaúbas, Baixa da Almeida e aí 'brenha' na mata. Quem tiver força e poder de receber, é só passar por baixo. Eles dão força, ajuda."

Esta é a história que Seu Antônio Freire de Andrade ouviu do pai, Adelino, sobre a corrente dos Encantados, os bons espíritos que protegem as comunidades Anacé, no município de São Gonçalo do Amarante, próximo à Fortaleza, no Ceará.

Seu Antônio não se tornou o sucessor do pai, que foi um importante curador e benzedor do povo da região. Mas, também trabalha por seu povo, participando da organização dos Anacé na luta por seus direitos. Espera que os Encantados continuem protegendo a região. As comunidades por onde a corrente passa enfrentam hoje graves problemas por causa da instalação do Complexo Industrial Portuário do Pecém (CIPP).

Desde 1996, quando o projeto foi iniciado, as comunidades se mobilizam para lidar com os efeitos causados pelo empreendimento, que previa a construção de um porto, uma siderúrgica, uma refinaria, uma termoeletrica, além de outras indústrias. Alterações nas dunas de areia, em correntes marítimas, uso intensivo da água – escassa na região, são algumas das consequências da obra, segundo organizações sociais do lugar. Os impactos ambientais e

o projeto integral do CIPP até hoje não foram apresentados para a comunidade local.

Além disso, mais de 300 famílias já tiveram de deixar suas terras, pois o projeto prevê o uso de uma área de 30 mil hectares. Todo este processo, de certa forma, uniu as famílias e a organização dos Anacé começou nesse contexto. Até por que, um dos primeiros conflitos causados pelo CIPP foi a tentativa de desapropriar a área do cemitério do Cambeba.

Este lugar é sagrado para a população local e é uma referência para os que estão afirmando a identidade indígena e resgatando sua história. Seu Joaquim Pereira Gomes, o tio Quincas – "guardião" do Cemitério – fez um poema-apelo, em 1997, ao então governador, Tasso Jereissatti, pedindo que ele não demolisse o lugar onde os antepassados de todos da região estão enterrados.

Segundo os poemas do tio Quincas e as histórias contadas por outros anciões,

o cemitério foi construído 300 anos atrás por três povos que habitavam a região: os Tapuio, os Cambeba e os Tapeba. Tio Quincas conta que seu tetravô era o protetor do lugar.

As mobilizações da população fizeram o governo reverter a decisão: a área do cemitério não foi desapropriada. Mas, as terras em volta foram e não houve suficiente mobilização para evitar o deslocamento de famílias que viviam há gerações em suas terras.

Luta pela terra

Para as pessoas mais pobres que deixaram suas terras, existem três assentamentos: Novo Torém, Porfírio, Ungu. Estes espaços foram conseguidos com muita luta. Francisco de Moraes Júnior, jovem liderança Anacé, explica que, além de darem baixas indenizações, no início, não queriam dar os assentamentos, que são distante do mar, de onde boa parte dos assentados tira sua renda. Ele também denuncia que algumas pessoas visitavam as casas na comunidade dizendo serem do IBGE, mas na verdade, seriam técnicos do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace) fazendo avaliação da propriedade.

Os moradores questionam o valor das indenizações pagas. "Pagavam R\$ 7 por coqueiro. E só pagavam cajueiro e coqueiro, mas nenhuma fruta. Eu tinha 1.200 bananeiras", esbraveja indignado seu Vicente de Moraes, que, apesar de toda a pressão, não saiu da terra onde nasceu, a comunidade Gregório. Hoje, vive praticamente sem vizinhos, pois as famílias da região deixaram suas casas.

"Teve gente que morreu de tristeza! Já morreram 36 pessoas que saíram daqui! Falecido Zé Severiano corria para abraçar os coqueiros, quando tavam le-

vando ele daqui. As velhas passavam em cima do caminhão chorando. Quem via o governador na TV, dizia que ele tava fazendo uma reforma agrária solidária. Mas, eu não saio daqui. Tenho documento de posse", afirma em alta voz. Seu Vicente foi preso por reagir à desapropriação de sua terra. "Um dia vieram medir minha terra, mas eu mandei embora. Aí, acertaram a venda sem avisar ninguém e voltaram para tomar minha terra. Um deles começou a derrubar minha cerca, aí botei todos pra correr... Eu acendi uns fósforos [fez disparos]", relata.

Segundo Seu Vicente, a comunidade do Gregório foi iniciada pela "velha Nanci" e pela "velha Maria das Neves", que eram Anacé. Ele conta que, pela parte do pai, é parente dos índios, que seriam os antigos moradores da região: "Quando fizeram aquela medição das léguas, a lei das terras, por aqui só tinha índio. O invasor é esse Tasso Jereissatti".

A questão do reconhecimento da terra tradicional é um dos objetivos centrais dos Anacé. Desde 2003, os Anacé já são reconhecidos pela Funai como um povo indígena, sendo inclusive convidados pelo órgão para os cursos de agente de saúde. Eles já solicitaram à Funai um grupo de trabalho de identificação de terra, mas ainda não foram atendidos. Há 12 anos a Funai não

manda um GT deste tipo para o Ceará.

Em julho de 2006, representantes Anacé se reuniram com o Ministério Público Federal do Ceará para tratar desta e de outras questões, principalmente, as consequências do CIPP. Por exemplo, havia muitos atropelamentos por causa dos caminhões. Este problema, em parte, foi resolvido com a instalação de radares. Também denunciaram as crateras feitas para instalar tanques da Petrobrás.

Em meio às obras que avançam, os Anacé tem conseguido resgatar elementos da sua cultura como a dança de São Gonçalo, que voltou a ser feita depois de 19 anos.

"Queremos conhecer melhor nossa história, nosso povo, saber quantos somos. Só das famílias mais antigas, Neves, Rafael, Paulino e Freire, dá umas 200 famílias", conta Júnior.

Eles têm o apoio dos Tabepa, povo do Ceará organizado há mais tempo, que já tem inclusive terras demarcadas. Por outro lado, enfrentam a resistência de pessoas, entre elas a prefeita de Caucaia (cidade vizinha a São Gonçalo), que permite que se diga nas escolas que não existe e nunca existiu índios na região, cujo nome, até 1940, era Anacetaba.

Segundo júri do caso Cañas concorda que houve assassinato

Júri também inocentou o réu. Mas julgamento resgata a memória da luta de Cañas, que segue viva no trabalho indigenista

Priscila D. Carvalho
Repórter

No segundo julgamento relacionado ao assassinato de Vicente Cañas Costa, os sete jurados definiram por seis votos a um que o missionário do Cimi foi assassinado e que foram utilizados porretes ou arma branca (como faca) para causar sua morte. No entanto, por cinco votos a dois, o mesmo júri inocentou o réu José Vicente da Silva, acusado de ser um dos executores do crime.

O resultado saiu na noite de 8 de novembro, depois de três dias de julgamento, realizado no auditório da Justiça Federal, em Cuiabá, Mato Grosso. A Morte ocorreu há 19 anos

Assim como aconteceu no primeiro julgamento, a defesa dos acusados tinha duas bases: Vicente Cañas não foi assassinado: teve morte natural. E não havia provas suficientes contra os acusados.

"A justiça tardia não se efetiva", afirmou, ao final do julgamento, o procurador Mario Lucio Avelar, responsável pela acusação. "O inquérito teve a participação de um dos acusados [o ex-delegado Ronaldo Osmar, absolvido pelo júri em outubro], veio depois de anos para a Polícia Federal e esta não teve a rapidez necessária. Isto demonstra a incompetência das polícias Judiciária e Federal. E demonstra que, quando há interesses políticos e econômicos, eles são mais fortes que as forças locais", afirmou.

A assistente de acusação, Dra. Michael Nolan, concorda com a dificuldade de trabalhar em um processo com problemas de condução desde as primeiras investigações. "Não há uma única prova nos autos feita pela polícia. Eles não produziram provas",

disse. As provas vieram apenas anos mais tarde, através de investigações paralelas conduzidas por entidades indigenistas, entre elas o Cimi.

A justiça nacional e os povos indígenas

Durante todo o julgamento, foi exemplar a dedicação do juiz federal Jefferson Schneider, que conduziu os trabalhos. Para comunicar-se melhor com as três testemunhas do povo Rikbaktsa, que tinham domínios distintos do português, ele saiu de seu posto e aproximou-se do lugar onde ficavam sentadas as testemunhas enquanto depunham. As dificuldades de entendimento e as diferenças culturais entre os indígenas e a sociedade envolvente marcaram os dois julgamentos do caso Cañas.

Sobre a necessidade de a justiça brasileira adaptar-se para conseguir atuar com as diferenças étnicas e culturais do país, Schneider comentou: "Isto exige de todos nós, seres humanos, respeito ao próximo e às diferenças. Não precisa nem olhar para os outros povos, nações, raças. É preciso estar pronto para olhar para os semelhantes com respeito."

Jeferson Schneider avaliou que o processo teve pontos positivos e negativos. "Negativo foi o tempo que durou. É senso comum que os órgãos responsáveis pela justiça no Brasil são lentos. Isso faz com que valores protegidos pela Constituição Federal, entre eles a vida, sejam desrespeitados. Um processo desses não leva a lugar nenhum. Não constrói uma sociedade e gera sensação de impunidade. O lado positivo é que finalmente se chegou ao fim do processo. Meu compromisso era terminar o processo, levar a júri. E isto a Justiça conseguiu."



Experiência indigenista de Cañas segue viva

Vicente Cañas viveu com os Enawenê Nawê por dez anos. Participou dos primeiros contatos do grupo com não-índios, em 1974, no interior do Mato Grosso. Ele os acompanhava em suas atividades tradicionais de pesca, agricultura e na vida cotidiana. Em uma região onde contaminação por verminoses era comum, atuou na prevenção destas doenças. Manteve constantes vacinações para prevenir doenças infecto-contagiosas como sarampo, que dizimaram tantos outros grupos indígenas no Brasil. A população dos Enawenê-Nawê era de 97 pessoas quando foram contatados. Hoje, são 430.

Madeira e terras eram cobiçadas pelos fazendeiros que se instalavam na região. Cañas lutava em defesa das terras tradicionais e da cultura dos Enawenê-Nawê. Ele integrava um grupo de trabalho da Funai para identificação do território indígena. Por esta razão, a competência para o julgamento dos acusados foi transferida para a Justiça Federal.

Cañas fez parte de um grupo pioneiro de missionários que realizou uma forte mudança na linha de ação indigenista, ao optar por uma prática de convivência com atitudes de escuta, participação nas atividades do dia-a-dia, solidariedade, respeito às religiões - o que é chamado de inculturação.

A vida de Canas ganha ares de grande história por trazer à tona a violência a que ficam expostos os missionários que se envolvem na luta dos indígenas pelo direito à terra. Mas a experiência de Cañas não foi única e continua viva, no trabalho de equipes do Cimi. Dezenas de leigos e religiosos que trabalham nesta linha, a partir da década de 1970, seguem enfrentando disputas por terras, ameaças de pistoleiros, conflitos com madeiras, e também convivendo no dia-a-dia dos povos indígenas, compartilhando de seus rituais, contribuindo na construção de uma educação diferenciada e na luta pela terra.

O trabalho de Cañas foi lembrado por missionários e representantes de movimentos sociais na vigília que durou os três dias de julgamento



O juiz Jeferson Schneider avalia que um processo como o caso Cañas gera sensação de impunidade. Abaixo, o réu

Realização do julgamento é vitória

Apesar da não condenação dos réus, a coordenação do Cimi avaliou como positiva a realização do julgamento do caso de Vicente Cañas. O júri popular trouxe de volta às atenções um caso que durou quase 20 anos e permaneceu aberto à custa de muita pressão política.

"O tempo desmanchou as únicas provas que tínhamos, mas a memória não pode ser apagada", avalia Sara Sanchez,

coordenadora do Cimi em Goiás e Tocantins.

O vice-presidente do Cimi, Saulo Feitosa, acredita que o fato de a acusação ter conseguido chegar aos acusados é relevante, ainda que eles tenham sido inocentados. "Em outros casos, não só os assassinos não foram a julgamento, como foram julgados outros indígenas". Foi o que aconteceu, por exemplo, com a investiga-

ção do assassinato de Chico Quelé, em Pernambuco, em que os próprios indígenas foram responsabilizados por um crime ligado à luta pela terra.

Em outros casos, mesmo havendo mais provas, não é fácil chegar à condenação. "Nos assassinatos de Margarida Maria Alves e Josimo, havia provas ainda mais contundentes contra os assassinos, e os acusados também não foram condenados", diz Feitosa. Os advogados de defesa de José Vicente da Silva foram os mesmos que defenderam os acusados pelo assassinato do padre Josimo, da CPT.

POVO CHIQUITANO

Da resistência ao futuro - Encontro reúne comunidades do Brasil e da Bolívia

Egon D. Heck
Cimi MS

Eden Magalhães
Secretário Executivo do Cimi

Construir uma grande união com e pelo povo Chiquitano. Esse foi o objetivo do "1º Seminário de Afirmação do Povo Chiquitano", realizado em Cáceres de 10 a 12 de novembro. Mais de 50 entidades da sociedade civil e órgãos governamentais estiveram presentes para debater os desafios que hoje enfrentam as comunidades e famílias Chiquitano na região pantaneira do Mato Grosso, na fronteira com a Bolívia.

Durante o seminário, os quase 500 representantes desse povo demonstraram sua determinação em lutar pelos seus direitos, reconquistar suas terras e afirmar com renovado espírito "Sou Chiquitano com muito orgulho". Durante os três dias de encontro e debates, houve momentos muito fortes de misticas, depoimentos, denúncias, informações de especialistas na história e vida deste povo.

A presença de uma expressiva delegação dos Chiquitano da comunidade Santana, da Bolívia, foi marcante. Esta é uma das comuni-

Chegando do passado

Rostos nativos alegres, eles chegaram a Cáceres com muita disposição, como que surgindo do silêncio secular a que estiveram submetidos. Vieram dizer que não apenas existem, mas que sempre estiveram nessa região, que é território tradicional Chiquitano. Suportaram as divisões coloniais entre Espanha e Portugal e a criação das fronteiras, dividindo-os entre Bolívia e Brasil. Agüentaram a discriminação e o ódio com que foram tratados pelos invasores de suas terras. Agora, quando ressurgem do túnel do tempo, assustam os poderosos, os que tomaram suas terras, os que teimam em não reconhecê-los.

Apesar de habitarem essa região secularmente, apenas reapareceram no cenário indígena do Brasil, na década de 80, época dos estudos do impacto do gasoduto Brasil-Bolívia, quando foi identificada a presença de indígenas na região em que ele passaria. Logo se percebeu que se tratava de parte do povo Chiquitano, que mora majoritariamente na Bolívia, mas também está presente no lado brasileiro da fronteira.

Os detentores das terras, fazendeiros, políticos procuraram ocultar essa presença dizendo tratar-se de "bolivianos" ou de "bugres", mas que não eram índios. Mas quando a presença Chiquitana se revelou mais intensa, uti-

dades-aldeias mais tradicionais do povo Chiquitano da Bolívia. Eles trouxeram, além da força, da história de luta desse povo, a beleza da música: uma orquestra que apresentou desde músicas barrocas do tempo das missões jesuíticas até músicas folclóricas.

A noite cultural Chiquitana na praça principal da cidade de Cáceres foi de muita memória e sensibilidade. Houve apresentações das diversas comunidades, das músicas da orquestra e da riqueza da culinária Chiquitana, com o tradicional "patasca" (cabeça de porco ou gado com milho mole, cozido de um dia para outro) e diversas chicas.

Importante destacar a presença e contribuição de palestrantes e debatedores Chiquitano, como o Doutor em História Roberto Tomichá da Universidade Católica de Cochabamba. O representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na região também se afirmou como Chiquitano, assim como o Padre Jorge Masai, que veio acompanhando a delegação de Santana. Padre Jorge afirmou que o intercâmbio ocorrido no seminário era a "realização de um sonho de muitos anos. Os Chiquitanos estamos assumindo esse novo processo de união, superando a história de divisões e fronteiras".

lizaram a velha estratégia colonial de dividir o povo, provocando tensões em várias comunidades do povo.

Em sua saga de impedir a reafirmação desse povo, passaram a espalhar boatos como "Se vocês se reconhecerem como índios, vão perder a liberdade, vão ter que andar nus, vão morrer de fome, vão perder seus direitos de cidadão brasileiro". A mesma infame estratégia utilizada em várias regiões do país, particularmente no Nordeste, passou a ser usada contra os Chiquitano nas últimas décadas. Promoveram audiências públicas para ofender e amedrontar todos aqueles que estavam assumindo sua identidade indígena. Ameaçaram lideranças de comunidades, acusaram aliados dos índios, como os Padres Felício Fritsch e Isidoro Salomão, agentes de pastoral, funcionários da Fundação Nacional do Índio e membros de outras entidades. Mas ninguém se intimidou.

Foi nesse contexto que se viu a importância de promover uma grande união de apoio ao povo Chiquitano. Vale ressaltar a importante contribuição que integrantes da Diocese de Cáceres e Jesuítas, articulados no regional Mato Grosso do Cimi, além Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Fase e outras instituições tem dado à luta Chiquitana.

Foto: Egon D. Heck



Encontro

Até 1920, as notícias dos Chiquitano na fronteira com a Bolívia eram frequentes. Depois, com a política indigenista oficial de integração, houve um relativo silêncio a respeito deles. Depois dos anos 60, da mesma forma que grande parte da população rural no Brasil, muitos Chiquitanos migraram para as cidades. A nação Chiquitana não era reconhecida e a memória desse povo foi sendo apagada com grande eficiência dentro do contexto de isolamento, ignorância e medo provocado nas fazendas.

Segundo o jesuíta Aloir Pacinni, que participou do debate sobre Identidades Chiquitanas na fronteira, a partir da década de 70, os chamados *bugres* foram perdendo rapidamente as terras. Os fazendeiros que chegaram, principalmente a partir de 1976, ficaram preocupados com a posse irregular das terras que tinham tomado dos Chiquitano e começaram a derrubar a mata para caracterizar sua ocupação, pois, para-

doxalmente, um critério para o Incra "reconhecer" a posse é mata ter sido derrubada.

Em 1987, a Dra. Joana Fernandes, da Universidade Federal de Goiás, começou a se envolver no caso dos Chiquitano, durante estudos do impacto ambiental causado pelo gasoduto que parte de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, e entra no território brasileiro pelo estado do Mato Grosso. No debate sobre Identidades Chiquitanas, ela falou sobre a tentativa de empreiteiros e fazendeiros de "esconder" os Chiquitano naquela época.

Ela explicou que a primeira versão do estudo dizia que não havia ninguém vivendo na área que seria afetada pelo gasoduto. "Nem pessoas e nem pássaros. Era um deserto". Este estudo foi contestado. Então, ela foi contratada para fazer um novo estudo.

A empresa que a contratou falou que ela teria de fazer um novo relatório, mas garantiu que não havia pessoas morando na área. Dra. Joana precisou de um policial para proteger sua equipe durante o trabalho, pois recebeu amea-



O encontro aumentou a união do povo, que enfrenta grande resistência, como mostrou a manifestação contra o Seminário (à direita)

O COM ORGULHO



Povo Chiquitano

O que é hoje conhecido como povo Chiquitano é a junção de mais de 50 povos reunidos pelos jesuítas em 35 aldeamentos entre o final do século 17 e o ano de 1767, quando estes religiosos foram expulsos do país.

O Chiquitano era um desses povos. Por terem certa supremacia guerreira, seu nome acabou sendo adotado como denominação genérica de todo o grupo. Nas missões foi consolidado um idioma comum de comunicação – o Linguará (da mesma forma que ocorreu no Brasil com o Nheengatu, a língua Geral).

Ainda hoje, o Linguará é falado por boa parte dos 80 mil Chiquitano na Bolívia, constituídos em 400 comunidades e por um pequeno grupo dos 2.400 membros desse povo que está no lado brasileiro, onde já foram identificadas pelo menos 31 comunidades. Se for considerada a população Chiquitana que está nas cidades da região (Cáceres, Porto Esperidião, Pontes de Lacerda e Vila Bela), essa população pode passar de 10 mil pessoas.

Alguns religiosos e pesquisadores que também se reconhecem como Chiquitano participaram das mesas do Seminário. Este povo apresentou em Cáceres sua riqueza cultural

ro debateu terra e identidade Chiquitana

ças de morte: se entrasse na região, ela não sairia viva. Ela entrou. Na primeira semana de trabalho, constataram a presença de 12 comunidades de Chiquitanos na área.

As comunidades estavam espalhadas e eram chamadas de bugres. Foi identificada uma língua comum e também outros costumes próprios como o modo de trabalho na agricultura, de se relacionar com os animais, de construir casas, regras de casamento, uma religiosidade marcada no cotidiano e outros aspectos que se distinguem da população regional.

José Fernandes Moreira da Costa, funcionário da Funai que participou dos primeiros estudos sobre a realidade desse povo, esteve no debate do Encontro que discutiu a luta Chiquitana pela terra.

Ele ressaltou que algumas barreiras já foram vencidas. Por exemplo, o Exército, que tem bases na região, já reconheceu o direito dos Chiquitano e não se opõe mais ao reconhecimento dos direitos desse povo, especialmente à terra. Por outro lado, uma das duas terras

Chiquitano já identificadas, Portal do Encantado, está com seu processo de regularização paralisado.

Para Aloir, a identidade Chiquitano acontece no contraste com o restante da sociedade regional e é penhor dos direitos territoriais, a fonte principal dos conflitos contra os Chiquitano. Ele acha que os debates sobre identidade e territorialidade não devem ocorrer em espaços separados, como ocorreu no Encontro. Foi depois que afirmaram sua identidade e começaram a exigir seu território tradicional de volta que os Chiquitanos passaram a ser mais ameaçados.

Compromissos, sugestões e perspectivas

No Encontro, também foi lembrada a heróica história de resistência Chiquitana, suas rebeliões contra os poderes coloniais, que tentaram escravizá-los, e a determinação na defesa de sua cultura e de seu povo. Também foi ressaltada a importância de reconstruírem os

laços de solidariedade na perspectiva de superar os grandes desafios e fortes inimigos de seus direitos.

O povo Chiquitano que vive na Bolívia expressou sua satisfação com a eleição de Evo Morales. Este, enquanto indígena Aymara, tem manifestado seu compromisso de fazer justiça para com os povos nativos de seu país – quase 70% da população. E a questão mais importante é a devolução das terras. Morales tem encontrado resistência, inclusive de grandes proprietários brasileiros que ocupam terras no lado boliviano da fronteira. Em recentes declarações afirmou, que caso o Congresso não reconheça as terras indígenas, estas terão que ser reconquistadas na luta.

Na parte final do seminário foi constituída uma “mesa da escuta e do compromisso”, em que representantes das diversas instituições e órgãos ouviram os depoimentos dos Chiquitano e se comprometeram diante dessa realidade.

As sugestões e compromissos giraram, basicamente, em torno da luta pela terra, da conti-

nuidade dos intercâmbios, do fortalecimento da cultura e religião, do trabalho de informação e formação junto à sociedade regional para acabar com os preconceitos, do aprofundamento do conhecimento e divulgação da história Chiquitano, da produção de material didático específico, da criação de um grupo para estudo da língua Chiquitano (linguará), da revisão e aprofundamento da compreensão da fronteira. Como compromisso conjunto dos participantes, ficou um abaixo-assinado pedindo o reconhecimento e demarcação das terras dos Chiquitano.

“Quando o coração e o sangue falam as palavras se tornam demais”, afirmou no encerramento o Padre Jorge, da delegação vinda de Santana da Bolívia. “Façamos a solidariedade Chiquitana sem fronteiras”. O grito Chiquitano, encoberto pela secular dominação, soou alto, cresceu a união solidária, fortaleceu-se o orgulho da identidade desse povo, avançou-se na construção de alianças e conquista de amigos e apoios. Porém, mais do que nunca a luta continua!



Encontros refletem crescimento da mobilização em todo o país

Articulação das mulheres fortalece a luta do movimento indígena por seus direitos

Marcy Picanço
Editora do Porantim

Em novembro, dois encontros de mulheres indígenas mostraram que a participação das mulheres têm crescido nos últimos tempos. Em Salvador, entre os dias 21 e 22, mulheres de 50 povos se reuniram no primeiro Encontro Regional das Guerreiras Mulheres Indígenas do Nordeste e Leste (Minas Gerais e Espírito Santo). Em Roraima, entre 8 e 10 de novembro, ocorreu, na Raposa Serra do Sol, o encontro “Mulheres Indígenas Fazem a Diferença: O papel de liderança para o fortalecimento dos povos indígenas”.

Aumentar o diálogo entre os povos e aprimorar a organização das mulheres indígenas são os objetivos gerais dos dois encontros. O encontro nordestino, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), ocorreu um mês depois da morte da grande líder do povo Xukuru-Kariri, Maninha, que foi coordenadora da entidade durante 15 anos. Houve, portanto, uma grande homenagem a Maninha.



Em Roraima, as mulheres discutiram o papel delas no movimento indígena

O documento final do encontro também lembrou que Maninha “foi mais uma vítima do descaso ao atendimento à saúde indígena e que até o momento sequer teve sua certidão de óbito emitida.” O texto, aprovado pelas participantes, também destacou a morosidade nos processos de demarcação das terras, o que causa conflitos e, conseqüentemente, assassinatos de indígenas. Foi lembrado que ainda não houve punição para os assassinos de Adenilson e Jorge Truka, Chicão Xucuru e Chico Quelé.

As guerreiras do Nordeste e do Leste também manifestaram a preocupação com o processo de criminalização que está

atingido as lideranças indígenas que lutam pelos direitos de seus povos. Em relação a estes direitos, reivindicaram do Presidente Lula o cumprimento do compromisso assumido com povos indígenas brasileiros de implementar a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, de instalar a Comissão Nacional de Política Indigenista e de realizar programas e ações em prol da saúde e educação escolar indígena.

Roraima

Na aldeia Surumu, cerca de 80 pessoas participaram do encontro que discutiu o

papel da mulher indígena dentro do movimento. Estiveram presentes, como convidadas, as indígenas Iolanda Mendonça (Apoime), Zenilda Vilacio (Amism), Valéria Pereira (Departamento de Mulheres Indígenas da COIAB) e Pierlangela Cunha (Coordenadora da OPIR).

Entre as convidadas não indígenas estiveram Nelita Frank e Raimunda Gomes da Associação de Mulheres Brasileiras e Núcleo de Mulheres de Roraima, Gilmaria Fernandes do CDDH, e a advogada Ana Flávia Rocha.

As mulheres também debateram outros temas que afetam suas vidas, como as agressões e abusos que têm sofrido por conta do aumento do consumo de bebidas alcoólicas e as terras que, apesar de demarcadas, continuam exploradas e invadidas.

Sobre educação, destacaram que é extremamente importante a criação do Conselho Estadual de Educação Indígena e a melhoria da educação diferenciada, com cursos de formação continuada para os professores indígenas e a realização de concurso público diferenciado para as escolas indígenas.

Tanto as mulheres indígenas de Roraima, como as Guerreiras no Nordeste e do Leste querem que a participação indígena na Conferência Nacional de Mulheres de 2007 seja viabilizada. ■

No MT, mulheres indígenas realizam quinto encontro estadual

Lourdes Christ
Maristela Sousa Torres
Edina Franco de Moraes
Cimi - MT

No Mato Grosso, desde 2002 as mulheres indígenas realizam um grande encontro anual que tem contribuído para a formação e o fortalecimento delas nas lutas em suas comunidades. Em 2005, por exemplo, como resultado do encontro que ocorreu na aldeia dos Arara, o Ministério Público Federal tomou providências para barrar a exploração ilegal de madeira na terra deste povo.

Em 2006, o quinto Encontro de Mulheres Indígenas de Mato Grosso aconteceu entre os dias 12 a 15 de outubro, na Aldeia Umutina, no município de Barra do Bugres. Participaram mulheres dos povos Tapirapé, Karajá, Maxakali, Krenak, Xavante, Bororo, Guató, Chiquitano, Bakairi, Munduruku, Arara, Rikbaktsa, Irantxe, Paresi, Terena, Umutina e Nambikwara.

Na abertura do evento, a cacique Creuza Soripa, da Aldeia Umutina, falando em sua língua materna, deu as boas vindas às mulheres indígenas e agradeceu o apoio das instituições parceiras.



Mulheres discutem a questão da terra, da participação e da violência que sofrem em casa

Este Encontro foi um marco na vida das mulheres presentes. Elas tomavam a palavra livremente para discutir as mais diversas questões que afetam as aldeias. Trocaram experiências sobre a luta pela demarcação e proteção de seus territórios e sobre como tentam combater a violência doméstica, física e sexual.

O tema deste ano foi “A participação da Mulher Indígena nas Organizações Sociais”. As participantes fizeram um levanta-

tamento desta situação nas organizações onde há participação indígena.

De acordo com os dados e os depoimentos, percebeu-se que os cargos de chefia, em sua maioria, ainda são de domínio dos homens. As mulheres ainda ocupam menos espaço pelas dificuldades culturais e falta de credibilidade diante da comunidade.

Entretanto, no povo Arara a maioria das representações são de mulheres. Valé-

ria Arara esclareceu que a atuação delas começou na luta pela terra. A cacique Anita acrescentou “Os homens estavam parados e tinham medo, então eu comecei a enfrentar, porque queria voltar à minha terra”.

A representante Tapirapé disse que os homens estão hoje no poder, porque estudaram muito e agora as mulheres também estão estudando. As participantes avaliaram que os homens são mais indicados do que as mulheres para estudar fora da aldeia.

Durante o Encontro, as mulheres falaram que a violência contra a mulher indígena está aumentando a cada dia. Elas atribuem isto ao aumento do consumo de bebidas alcoólicas nas aldeias. Também disseram que, muitas vezes, os salários recebidos favorecem a entrada do álcool e de outras drogas, causando destruição de muitos valores e práticas culturais.

Na avaliação do Encontro, foi destacado que as mulheres indígenas se desenvolveram muito desde o primeiro encontro. Estão mais seguras e descobrindo que são protagonistas. Estão percebendo mais o conflito entre seus valores e os do não índio e vendo que a perda dos valores culturais é caminho para a perda da terra. ■

Em homenagem a Maninha, indígenas do NE cobram ações governamentais

Hospital ainda não emitiu certidão de óbito de Maninha Xukuru-Kariri

Jorge Vieira
Cimi/NE

Cerca de 500 lideranças indígenas do Nordeste, como Geripankó, Karuazu, Katokinn, Koiupanká, Kalankó, Tingui-Botó e Kariri-Xokó, de Alagoas, Xokó, de Sergipe, e os Xukuru de Ororubá, Kapinawá e Kambiawá, de Pernambuco, prestaram homenagem a Maninha Xukuru-Kariri, no dia 10 de novembro – 30 dias após seu falecimento. Junto aos parentes de Maninha, a celebração ocorreu na aldeia Mata da Cafurna, em Palmeira dos Índios, Alagoas.

O período da manhã foi dedicado aos rituais indígenas e às falas das lideranças. O cacique Marquinhos Xukuru lembrou dos primeiros momentos em que conheceu Maninha. No início da organização Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME, junto com o seu pai, Xicão Xukuru, visitavam e faziam reuniões nas aldeias. Depois do assassinato do Xicão, passou a encontrar Maninha nos movimentos e assembleias. Ele destacou a importância de Maninha na defesa dos direitos dos povos indígenas, particularmente na luta por uma política de saúde específica e diferenciada.

Na parte da tarde, com representantes dos movimentos sociais, entidades não-governamentais e população local, fizeram uma passeata pela cidade para denunciar o descaso das autoridades governamentais com a assistência da saúde dos povos indígenas e cobraram a emissão do atestado de óbito da direção do Hospital Regional Santa Rita.

As delegações se juntaram à frente da Catedral diocesana, localizada no centro do território Xukuru-Kariri. Empunhando faixas e cartazes, centenas de indígenas, entre elas crianças e jovens, dançavam rodas de toré puxado pelos líderes de cada povo.

Diante da manifestação indígena, a população local atônita paralisou suas atividades para observar as palavras de ordem pronunciadas no microfone do carro de som. Curiosamente, na Praça da Independência, onde está localizada a Câmara dos Vereadores, os manifestantes fizeram a primeira parada, com o objetivo de cobrar das autoridades o respeito pelos direitos dos Xukuru-Kariri, principalmente a demarcação de seu território tradicional.

Para surpresa de todos, uma sexta-feira, em pleno horário comercial, a dita casa do povo encontrava-se fechada. O pajé Antônio Celestino, indignado, protestou: “diante da casa que pagamos muito caro,



Foto: Jorge Vieira - Cimi Nordeste

as portas estão fechadas. Por que queremos cobrar a responsabilidade com a saúde do nosso povo”.

Do outro lado da praça, deslocaram-se até a sede da Prefeitura Municipal. Para frustração de todos, nenhuma autoridade foi encontrada, visto que o prefeito e seu vice tinham demonstrado sensibilidade quanto à forma da morte de Maninha.

Em frente ao Hospital Santa Rita, representantes de entidades de classe e li-

deranças indígenas cobraram das autoridades da área da saúde a emissão do atestado de óbito, ao mesmo tempo em denunciaram o descaso com o qual a população tem sido tratada. Reivindicação que até o momento não foi atendida.

Enquanto isso, o Ministério Público Federal, em Alagoas, instaurou inquérito para investigar a diretoria do hospital e as responsabilidades pela assistência à saúde dos povos indígenas. ■

Manifestação denunciou descaso do governo em relação à saúde dos povos indígenas

Indígenas, assentados rurais e comunidades tradicionais fazem “Intercâmbio de Saberes”

Os grupos trocaram experiências sobre produção, extrativismo, educação, saúde e o papel das mulheres

Maristela Sousa Torres
Emília Casanova
Projeto Intercâmbio de Saberes

Em três momentos durante 2006, povos indígenas, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais e remanescentes de quilombos do estado de Mato Grosso se reuniram para trocar suas experiências e saberes em relação aos sistemas de produção, de extrativismo, de educação, da saúde e do papel das mulheres.

O primeiro encontro aconteceu na comunidade Nossa Senhora da Guia, região da Moraria, no município de Cáceres, nos dias 22 a 24 de março. Participaram 79 pessoas dos assentamentos do MST, de comunidades tradicionais e dos povos: Bororo, Karajá

e Tapirapé. Eles discutiram as lutas que têm em comum.

Entre os dias 28 de agosto e 2 de setembro, ocorreu o segundo encontro, nas aldeias indígenas: Tapi'itãwa, do povo Tapirapé; Hawalorá e Itxalá, do povo Karajá e Majtery dos Karajá/Tapirapé. Foram dias de convivências nas aldeias e banhos nos rios Araguaia e Tapirapé, quando os participantes puderam vivenciar uma nova maneira de um povo se organizar culturalmente. Falaram sobre saberes culturais dos Tapirapé, Karajá e Bororo e do processo de luta pela terra que esses povos enfrentam.

O terceiro encontro ocorreu de 20 a 24 de outubro. Começou com a visita ao acampamento Terra Prometida, próximo a Cáceres, onde os Sem Terra deram um panorama a respeito de sua luta pela terra, des-

Foto: Maristela Torres



taçando que há mais de oito anos esse grupo luta pela terra.

Em seguida, foram ao Assentamento 14 de Agosto, onde os assentados, que usam a terra coletivamente, fundaram a Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos. Eles falaram sobre todo o processo de luta que enfrentaram por anos até conseguirem a posse da terra. Destacaram que em 1997, quando chegaram, tudo era capim para a criação de gado. Eles começaram plantando feijão, arroz e banana, posteriormente, passaram a criar galinhas, gado leiteiro... Atualmente, a cooperativa trabalha com derivados de cana (alambique, açúcar mascavo, melado...), de farinha (beiju, polvilho...) de leite e milho. Todos os presentes ao encontro participaram de atividades práticas que a cooperativa realiza no dia-a-dia.

Os resultados dos encontros foram positivos para todos. Cada comunidade visitada expôs suas formas próprias de organização e relatou suas lutas passadas e presentes. Houve intensa troca de experiências práticas de agro-ecologia entre povos indígenas, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais. E, como consequência, se aproximaram, fortalecendo assim, o princípio do respeito às diferenças e criando laços de solidariedade e de ajuda mútua, para o enfrentamento de desafios comuns, principalmente no que se refere à luta pela terra.

Estes encontros fizeram parte do projeto “Intercâmbio de Saberes”, idealizado pelo Cimi, Fase, MST e a agência de cooperação internacional Desenvolvimento e Paz do Canadá.

Encontros fortaleceram a união entre os grupos no enfrentamento dos desafios comuns, como a luta pela terra

Professores Guarani e povos do TO se articulam na Aty Guasu dos professores do MS

Participantes homenagearam Marçal Tupã'i no dia que completou 23 anos de sua morte

No dia em que é lembrada a morte do líder Guarani, Marçal Tupã'i, assassinado em 25 de novembro de 1983, uma grande assembléia indígena, com mais de 700 participantes estava ocorrendo na cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Era a 12ª Aty Guasu (grande assembléia) dos professores Kaiowá Guarani, que foi realizada entre 23 e 26 de novembro.

Além dos professores e lideranças Guarani Kaiowá, Nandeva e Mbyá de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, participaram desta Aty Guasu mais de 30 indígenas dos povos Apinajé, Krahô, Karajá/Javaé e Krahô-Kanela, do Tocantins. Estes povos ficaram impressionados com o sofrimento e a luta dos Guarani. Diante da situação de violência que viram, querem aumentar as ações de solidariedade entre os povos.

"Esta Aty Guasu está se destacando pela união entre as lideranças, os caciques e os professores. Além disso, está sendo muito importante a expressiva participação de lideranças de outros Estados e povos. A preocupação principal é com a terra, que vem ligada com as lutas e preocupações com a educação, saúde e economia indígena", resumiu a professora Teodora de Souza, uma das articuladoras do Encontro, durante a Aty Guasu.

Na Assembléia, muito se debateu sobre a realidade da educação escolar nas aldeias. Foi constatado que houve avanços, onde os professores e as comunidades têm se unido para exigir dos governos políticas públicas diferenciadas e de qualidade. Porém, também foram denunciadas várias situações de precariedade e mesmo de desassistência em várias comunidades.

O Procurador da República, Dr. Charles Pessoa, foi enfático ao denunciar a negativa de algumas prefeituras e órgãos de prestar assistência aos índios em áreas "em litígio". Ele considerou isso uma desculpa impropriedade e disse que os índios têm o direito de exigir atendimento esteja onde estiverem e os órgãos públicos são obrigados a atender pois se trata de um direito constitucional dos povos indígenas.

Os participantes da Assembléia pediram, através de documento, providências em relação às violências cometidas contra a comunidade de Passo Piraju, como o ocorrido em 23 de novembro, quando homens entraram na aldeia atirando para o alto. Outro documento pediu solução aos problemas da terra, pois não se destinam recursos para indenizar as benfeitorias, como no caso do Nhanderu Marangatu, Potrero Guassu e outros.

Grupo de Guarani do MS vai a São Paulo lutar por suas terras

Mobilizações sensibilizam juízes e dialogam com moradores da cidade

Preocupados com a quase total paralisação dos procedimentos de regularização de suas terras e com as duas centenas de processos judiciais que contribuem para o entrave às demarcações, 50 Guarani do Mato Grosso do Sul viajaram mais de 12 horas até São Paulo.

Ali, receberam o apoio de outros 50 Guarani que vivem na cidade, de estudantes e professores da PUC-SP, e de movimentos sociais como o MST, o movimento negro e o de direitos humanos. Juntos, realizaram um ato no vão livre do Museu de Arte de São Paulo, na Avenida Paulista, um dos maiores centros empresariais do país. Mais de 500 pessoas estiveram no ato durante a tarde do dia 29 de novembro.

A delegação fez também audiências com o Ministério Público Federal em São Paulo e com a desembargadora federal Diva Malerbi, presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3). O contato com o poder judiciário é importante porque praticamente todas as terras do povo Guarani no Mato Grosso do Sul são objeto de processos judiciais que paralisam a demarcação, e grande parte dos processos tramita no TRF-3.

Compromissos

No dia 28, os Guarani contaram à desembargadora que até terras que são reivindicadas, mas que não tiveram ainda seus processos de identificação iniciados, têm recebido questionamentos judiciais. A paralisia gera falta de terras para plantar e, portanto, fome. Aumenta também violência das mais diversas naturezas, como assassinatos - que seguem impunes e sem investigação - e altas taxas de suicídio.

A desembargadora assumiu três compromissos com o grupo: acelerar os processos relacionados a indígenas no TRF; investigar, juntamente com o Ministério Público, as denúncias de descaso e omissão da Funai, e pressionar para que sejam apuradas as denúncias de crimes de pistolagem contra as lideranças. Além disso, se comprometeu a falar com os juízes no Mato Grosso do Sul, no sentido de buscar uma compreensão da realidade e dos direitos indígenas nesta região. "A justiça, acreditem, ela depende também de vocês, ela virá", disse Diva Malerbi.



Após conhecer a realidade dos Guarani, indígenas do Tocantins decidiram realizar ações em apoio à luta deste povo

Assassinato de Kayapó reflete carência em que vivem

Pe. Saul Ruiz A., s.x.
Cimi Norte II

No dia 5 de novembro, na cidade de Cumarú do Norte, no sul do Pará, Pêkre Kayapó foi assassinado a facadas para ser roubado. Este caso reflete a carência e abandono em que vivem os povos indígenas no Brasil.

Pêkre planejava ir, junto com outros Kayapó, para a cidade de Redenção. Em seguida, iriam até Brasília, onde teriam um reunião com o presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, e apresentariam as demandas de suas aldeias. Para ter uma viagem mais tranquila, Pêkre decidiu cobrar um pagamento que estavam lhe devendo. Assim, se separou do grupo.

Pelo relato de alguns kayapó, Kleberon Rocha de Sousa teria visto quando Pêkre recebeu o pagamento. Então, Kleberon, acompanhado de seu irmão Marco Sousa de Araújo, de 16 anos, e de André Silva Mendes convidaram Pêkre para beber com o objetivo de assaltá-lo. Na madrugada do dia 5, segundo testemunho de Marco Sousa, André segurou Pêkre e Kleberon acertou o indígena com oito facadas nos braços e no corpo.

A comunidade de Gorotire e as outras aldeias Kayapó, ao saberem do acontecido, ficaram revoltadas e quiseram retomar parte da antiga terra que já foi deles: Cumarú do Norte. Mas, os caciques acalmaram os guerreiros e isso não ocorreu. Eles lembraram que "os brancos tinham as

suas leis e que deixariam o caso nas mãos deles". De toda forma, pediram, além de justiça, que os condenados fiquem presos na cidade de Redenção; para terem certeza de que cumprirão as penas.

Depois desta decisão, Moikô Kayapó, irmão de Pêkre e coordenador da Funai de Redenção, foi para a cidade de Cumarú comunicar aos moradores a decisão dos Kayapó sobre o caso. O clima na cidade estava tenso.

As polícias civil e federal, devido à reação dos indígenas, agiram rapidamente e conseguiram prender dois dos três envolvidos no crime. Kleberon Rocha de Sousa ainda está foragido. O delegado da Polícia Civil, Jose Ronaldo Machado de Almeida, está acompanhando o inquérito policial.

Povo Juma luta para preservar seu território no Amazonas

Os seis sobreviventes dos massacres que atingiram o povo foram deslocados para Rondônia

Gunter Kroemer
Cimi Norte I

O povo Juma, natural do Amazonas, foi vítima de muitos massacres nas décadas de 1950 e 60. A última grande chacina ocorreu em 1964, quando cerca de 40 pessoas foram assassinadas. Em 1998, os seis sobreviventes que restavam deste povo foram transferidos pela Fundação Nacional do Índio para a terra Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia.

Atualmente, os Juma e seu território sofrem várias ameaças como a transferência ilegal de seu território demarcado e homologado para a terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau, a proposta de transferência de um grupo de Guarani do Pará para a terra indígena Juma, a proposta de criação de um Parque Florestal nesta área e o projeto da construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, com passagem pelo território Juma.

Preocupado com o futuro do território Juma e com a falta de apoio da Funai para com os remanescentes deste povo, o Cimi promoveu no final do mês de outubro de 2006, na Aldeia Alto Jamari Uru-Eu-Wau-Wau, uma reunião com os remanescentes Juma, para discutir a situação da terra deste povo, que foi demarcada e homologada, em 1993.



No encontro, foi preparado um documento que reafirma a vontade deste povo de preservar seu território original no Amazonas. Os Juma pedem que a Funai os ajude a vigiar sua terra e manifestam vontade de ir visitá-la o quanto antes. O documento, assinado pelos Juma e seus esposos Uru-Eu-Wau-Wau, foi encaminhado para o Ministério Público Federal.

O Cimi está buscando apoio da Funai para que os sobreviventes Juma e suas famílias Uru-Eu-Wau-Wau possam visitar seu território tradicional, no rio Açuã, no Amazonas, ainda em 2006.

Histórico

Até hoje, os responsáveis pelo último grande massacre contra os Juma, ocorrido em 1964, continuam impunes. O inquérito do processo só foi aberto em 1978, após denúncias feitas pelo Porantim, que indicou o comerciante e juiz suplente de Lábrea (AM), Orlando França, como suspeito dos crimes.



País Afora



Em agosto de 1980, uma equipe do Cimi foi até a maloca dos Juma, que viviam em situação muito precária. Naquela época, eram nove pessoas: um casal de velhos, duas mulheres e três homens com idade entre 35 e 40 anos e duas meninas. Havia laços de parentesco entre eles que impediam o casamento. O Cimi, então, solicitou à Funai a demarcação da área e medidas urgentes para garantir a integridade física, cultural e territorial deste povo.

Cimi e Funai tentaram promover encontros entre os Juma e outros povos da língua Kawahib, como os Parintintin e os Uru-Eu-Wau-Wau, com a intenção de construir um trabalho intergrupal, mas os

resultados não foram os esperados. Em 1995, um funcionário da Funai sugeriu ao Departamento de Índios Isolados a nomeação de um Grupo Técnico para analisar a situação dos Juma e encaminhar outra alternativa, tendo em vista o perigo de extinção desse Povo. Mas, a Funai não tomou nenhuma providência neste sentido.

Em novembro de 1998, os seis sobreviventes Juma – um casal de velhos, um homem de meia idade e suas três filhas com idade entre 15 a 20 anos, estando a mais velha grávida – foram transferidos para a Casa do Índio em Porto Velho, Rondônia. Em seguida, foram levados para a área indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Alguns dias após a transferência, os dois velhos faleceram.

Hoje, as três mulheres Juma estão casadas com rapazes Uru-Eu-Wau-Wau. Borerrã tem três filhos (Puré, Kunenjubi e Morep); Mandei tem dois (Mitate e Pejuar) e Maitá, três (Poteí, Kuximbu e Morangui). Elas e seus maridos não querem abandonar sua terra e pedem que a Funai assuma sua responsabilidade de proteger o território Juma. ■

Acima, em 1980, os últimos Juma que viveram na própria terra. À direita, os sobreviventes deste povo e seus filhos na terra Uru-Eu-Wau-Wau

CELAM realiza III Simpósio Latinoamericano de Teologia Índia

Entre 23 e 27 de outubro, a cidade da Guatemala recebeu leigos, teólogos e bispos de 16 países de América latina, além de representantes indígenas do Cone Sul, da Amazônia, dos Andes, do Caribe e da América Central. Eles se reuniram para participar do III Simpósio Latinoamericano de Teologia Índia, convocado pelo Conselho Episcopal Latinoamericano (CELAM).

O objetivo do encontro era discutir e entender como o mistério de Cristo foi incorporado na vida e reflexão teológica dos povos indígenas, para, juntos com eles, acompanhar a inculturação do Evangelho.

Desde 1996, tem sido importante o acompanhamento da reflexão teológica a partir do mundo indígena. Este III Simpósio se dedicou a aprofundar com os povos indí-

genas o diálogo sobre Cristo, como fonte de vida e libertação, “para crescermos como discípulos e missionários dele, a fim de que esta reflexão teológica enriqueça nossa experiência cristã no serviço pastoral da Igreja”, como diz a mensagem final do Simpósio.

As apresentações indígenas, dos especialistas e dos pastores mostraram que há uma ampla variedade de experiências cristológicas nas comunidades. Por tudo que foi mostrado e vivido nos três dias de encontro, a mensagem final do Simpósio afirma que “é possível caminhar juntos – unidos na fé e no amor de Deus – bispos, teólogos e agentes de pastorais, acompanhando as comunidades na inculturação do Evangelho de Jesus Cristo, partindo da vida e da reflexão teológica dos povos indígenas.”

A presença do representante da Congregação para Doutrina da Fé foi a manifestação da solicitação da Santa Sé de estimular uma reflexão séria em torno da Teologia Índia e de animar os que buscam novos caminhos de valorização, respeito e acompanhamento dos povos originários desta terra.



Com apresentações indígenas e de especialistas, o Simpósio aprofundou o diálogo sobre Cristo com os povos indígenas



Crédito: Paulo Sures

A festa do moqueado (wyrá'whaw) do povo Tembé

Resgatando suas tradições, Aldeia Ita Putyr' realiza ritual de iniciação das meninas

Fotos: Claudemir Monteiro – Cimi Norte II



Claudemir Monteiro
Cimi Norte II

A Aldeia Ita Putyr' (Pedra Bonita) do povo Tembé, situada à margem do rio Guamá (a 16 quilômetros do município de Capitão Poço, no Pará), esteve em festa. Entre os dias 8 e 12 de novembro aconteceu a Festa do Moqueado (Wyrá'whaw - na língua Tenetehara). Esta festa é conhecida também como a "festa da moça", rito de iniciação das meninas. Aliás, é um rito que acontece também entre os Guajajara, que vivem no Maranhão.

Nesta Festa foram apresentadas quatro moças novas de diferentes Aldeias (Ita'putyr, Tawari e São Pedro). A apresentação já é uma festa à parte. Acontece cerca de quinze dias antes do ritual, com a festa do Mingau de mandiocaba com arroz.

A menina Tembé, assim que menstrua pela primeira vez, não pode se alimentar de qualquer caça ou peixe. Entra numa dieta alimentar rigorosa até a sua apresentação à comunidade, na festa do mingau.

Dias depois, começa a Festa do Moqueado, onde estão presentes: o pajé, que indicará os momentos dos ritos, e os cantores, que entoam cantos de pássaros aos toques de seus maracás. Todos os convidados, sobretudo, as donas da festa, pulam durante a cantoria que tem intervalos para as refeições e o descanso da noite.

Na Festa, alguns tipos de carne são indispensáveis: o pássaro nambu (daí o nome Wirá, que significa pássaro), caititu (porco do mato) e guariba (espécie de macaco). Essas carnes, durante os dias de festa (entre 5 a 8 dias) ficam no moquém, uma espécie de jirau de madeira com brasas embaixo. Com exceção da Guariba, que será

enfeitada e servirá para brincadeiras, o restante das carnes são desfiadas e piladas até virar uma espécie de paçoca, que alimentará as moças e os rapazes novos que são chamados para acompanhá-las.

As meninas e os rapazes passam por um ritual de pintura de tintura de jenipapo. No dia seguinte, com os seus corpos negros pela tintura, as meninas têm seus cabelos cortados e ganham adornos de penas, colares e saias brancas.

Depois de enfeitadas, dançam e distribuem bolinhos de carne moqueada para os participantes. Durante toda a festa, as meninas e os rapazes não podem rir, achar graça. A guariba enfeitada é usada para tentar fazê-los rir, o que nunca acontece. Se acontecer, a moça ou o rapaz demonstra não estar preparado para levar a vida de homem ou mulher a sério.

A festa é encerrada com um enorme corrente de pessoas, unidas pelos braços, que num ritmo são lançados para frente e para trás. Esse rito é chamado de "rabo de arraia".

Depois de passar por esse ritual, a moça nova se insere na aldeia como mulher preparada para assumir as funções sociais de toda mulher Tembé.

Resgate das Tradições

Esta Festa na aldeia Ita Putyr' tem um significado especial, pois esta comunidade havia abandonado durante vários anos a prática de seus ritos e costumes. Enquanto nas aldeias Tembé localizadas no Maranhão essa Festa acontece pelo menos uma vez ao ano, a primeira vez que a aldeia Ita Putyr' realizou a Festa da Moça foi em 2004.

Os Tembé que vivem no Pará foram os que mais sofreram com o processo de



Para virarem adultos, as "moças novas" e os rapazes que as acompanham no ritual não podem rir da guariba (macaco) enfeitada

integração implementada pelo Serviço de Proteção ao Índio, na década de 50, que incentivou a miscigenação com as pessoas da região, levando ao abandono de práticas culturais próprias desse povo.

Neste mesmo período, iniciou um processo de desintegração territorial, incentivado pelos órgãos oficiais, com invasões ao território indígena de 279 mil hectares. O território Tembé ficou sob ameaça constante de fazendeiros, madeireiros e trabalhadores rurais que desde a década de 70 se encontram na terra indígena.

Na década de 90, a luta para reconquistar o território e expulsar os invasores levou os Tembé a lutar por sua identidade étnica. Afinal, os invasores sempre alegam que não existem mais índios nas terras em disputa, "pois não falam, não se pintam e nem se comportam como índios". Esse fator não foi o único, mas contribuiu para que os Tembé considerassem a necessidade de recuperar seus costumes.

Desde então, os Tembé, com apoio de seus aliados, têm desenvolvido várias iniciativas para tentar resgatar elementos importantes da cultura Tenetehara. As iniciativas acontecerem em quase todas as dez aldeias existentes na região. Mas, foi numa aldeia pequenininha, onde vive um núcleo familiar composto por cinco famílias que a experiência de retomada cultural se intensificou.

A Aldeia Ita'putyr' é pioneira no resgate lingüístico e ritualístico do povo. Para lá se dirigem os Tembé de outras aldeias para participar das iniciativas. Essa aldeia manteve relações estreitas com os parentes das aldeias do Rio Gurupi, no Maranhã, e de lá trouxeram professores de língua e de artesanato e um pajé para ajudar nos ritos.

Com apoio de aliados, como o Cimi e o Programa Raízes, a comunidade montou uma Casa Cultural onde acontecem oficinas de confecções de redes, artesanato e acessórios de ritual.

Todo este processo de resgate ocorreu em cinco anos, iniciado por lideranças cansadas das festas dos brancos que facilmente dominam os ambientes das aldeias. Nesse ritmo, os Tembé acreditam que, além de manter viva a cultura Tenetehara, vão envolver outras aldeias do Guamá nesse resgate. E muitas festas devem ocorrer. Festas da "tradição".

Famílias Txapakura e Katukina

Os rios Mamoré e Madeira, na Amazônia, viveram povos de uma das famílias linguísticas menos estudadas no Brasil – a *txapakura*. No seu mapa etno-histórico, Nimuendaju identifica no Mamoré os povos Wanyan, Matuá, Kumaná, Kujuna Urupá e Pakaa-Nova (autodenominados Oro-Wari); no rio Jaru, os Jaru; e no médio Madeira, os Tora, bastante numerosos até a chegada dos seringueiros. E na Bolívia localiza os povos Itén e Mure.

Hoje, a maior parte dessas nações está extinta. Restritos à região de Rondônia, vivem os Pakaa-Nova, com mais de duas mil pessoas, sendo a etnia mais importante dessa família. Os Tora encontram-se reduzidos a um pequeno grupo de menos de cem pessoas. Sobre Urupá, chamados também de Urupaim, não há estimativa populacional. Além destes, há os Oro Win, que convivem na área dos Uru-Eu-Wau-Wau com outras etnias, havendo dificuldade de se precisar o número de falantes.

Sobre essas línguas há poucos estudos, destacando-se dois textos de Curt Nimuendaju, da década de 1920 (*As tribos do alto Madeira e Documents sur quelques langues peu connues de l'Amazonie*) e, sobretudo, as pesquisas do Summer Institute of Linguistic sobre a língua oro-wari, dos Pakaa-Nova, visando a catequese.

Outro conjunto de línguas forma a família katukina. Vivem no Amazonas, em pequenas populações, como os Katukina do Juruá e os Tsohom-Djapá (Gente do Tucano), no vale do Javari, com cerca de 100 pessoas cada povo. A exceção é feita pelos Kanamari, com 1.500 pessoas e pelos Katukina do Jutá, com cerca de 500 pessoas.

Nimuendaju, no seu mapa etno-histórico, assinala a presença de muitos outros povos, como os Pidá-Djapá, Kutia-Djapá, Hon-Dy, Maro-Dy e sobretudo os Katawi, que deviam ser bem numerosos, vivendo entre o Juruá e o Purus. Hoje este último povo está reduzido a uma aldeia, com poucos falantes.

Quanto à língua katukina há poucas pesquisas. Ainda é referência o vocabulário recolhido por Spix, em 1820, em sua viagem ao Juruá, publicado por Martius, em 1867 (*Glossários de diversas línguas e dialetos, que fallão os índios do império do Brazil*, Leipzig). Sobre a língua kanamari (tâkâna), há o trabalho de Christa Groth, do Summer Institute (Syntax of the phrase types um Canamari, *Porto Velho workpapers*, 1985) e um vocabulário recolhido por membros da Operação Amazônia Nativa-Opan, da equipe de Eirunepé (*Dicionário de palavras e expressões tâkana-português*) feito em 1998, sendo um texto não impresso.

BIBLIOGRAFIA

- RODRIGUES, Aryon. *Línguas brasileira*. São Paulo: Loyola, 1986.
- NIMUENDAJU, Curt. *As tribos do alto Madeira* (1925). In: SUESS, Paulo. *Textos indigenistas*. São Paulo: Loyola, 1982, p. 111-122. (Infelizmente a tradução deste texto publicado originalmente em francês não contém o vocabulário dos povos dessa região, recolhido pelo autor).
- _____. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*, 1947. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

Cultura

SEPÉ TIARAJU

Filme Kuaray do Sul reconta o mito a partir do olhar dos movimentos populares

Roberto Liebgott
Cimi Sul

O filme Kuaray do Sul mostra como foi a Assembléia Continental Guarani e a mobilização com outros movimentos populares, que reuniu cerca de dez mil pessoas no acampamento em São Gabriel, Rio Grande do Sul, de 3 a 7 de fevereiro de 2006. Este evento, no antigo povoado de Batovi, lembrou aniversário dos 250 anos da morte de Sepé Tiaraju e dos mais de 1500 guerreiros Guarani, no enfrentamento dos exércitos da Espanha e Portugal, no ano de 1756.

Aparece no filme o olhar dos índios Guarani, Kaingang e de outras lideranças indígenas sobre a vida, a trajetória e a mística do herói Sepé na resistência indígena e nas lutas da atualidade, de modo especial na luta pela terra, pela Terra Sem Mal. Mostra também como quilombolas, trabalhadores rurais sem-terra, camponeses e outros cidadãos cultivam, no seu cotidiano, esta figura, que às vezes é um pouco mítica, lendária, mística (Santo do Rio Grande do Sul), mas que é, acima de tudo, um herói do cotidiano na vida dos mais pobres.

E Sepé é também herói no universo simbólico do gauchismo, e reside, nesta constatação, uma contradição. Ou seja, ele é um herói dos



Foto: Priscilla D. Canellho



FICHA TÉCNICA:
(Direção coletiva)
Fotografia: André de Oliveira
Entrevistas: Jefferson Pinheiro
Som Direto: Rafael Corrêa
Edição: Jefferson Pinheiro e
André de Oliveira
Montagem: Julia Aguiar

que lutam por justiça, por terra e liberdade, mas é também herói dos fazendeiros que querem a manutenção do latifúndio e que por vezes buscam se apropriar com exclusividade deste símbolo da história. E esta contradição é bem expressada pelas tradições gaúchas cultivadas em CTC's (Centros de Tradições Gaúchas), pelo folclore e pelas manifestações culturais, especialmente através da música e da poesia no Rio Grande do Sul.

A partir de depoimentos de estudiosos, intelectuais e missionários, como Bartomeu Meliá, Frei Susin, Antonio Checin, Egon Heck, o filme buscou apresentar, do ponto de vista teórico, os olhares e os discursos estabelecidos acerca de Sepé na literatura, na história, na poesia, na me-

mória do povo, dos movimentos populares e dos Guarani. Eles enfatizaram a importância de se manter esta memória, de Sepé Tiaraju, sempre viva, porque ela alimenta a mística daqueles que militam por um outro mundo possível.

O filme Kuaray do Sul participou da seleção oficial da 11ª Mostra Internacional do Filme Etnográfico, que ocorreu no Rio de Janeiro na segunda semana de novembro. Ele também foi exibido na Usina Gasômetro, em Porto Alegre. As cópias serão distribuídas pelo Comitê dos 250 anos de Sepé Tiaraju.

A realização do filme é da Cooperativa Catarse - Coletivo de Comunicação, com apoio da Via Campesina e do Cimi. ■

Filme foi gravado na Assembléia Continental Guarani, que reuniu quase dez mil pessoas em fevereiro de 2006, no RS

Assine o **PORANTIM**
Em defesa da causa indígena

Para fazer a sua assinatura, envie vale postal
ou cheque nominal em favor de Cimi/Porantim:
(somente por meio de carta registrada)

Caixa Postal 03679 - CEP: 70.084-970 - Brasília-DF

Inclua seus dados: Nome, endereço completo, telefone, fax e e-mail.

Se preferir faça depósito bancário:

Banco Real Ag: 0437 C/C: 7011128-1 - Cimi-Porantim.

Envie cópia do depósito bancário para o fax (61) 2106-1651, especificando a finalidade do mesmo.

PREÇOS

Ass. anual: R\$ 40,00

*Ass. de apoio: R\$ 60,00

América Latina: US\$ 25,00

Outros países: US\$ 40,00

* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do País.

Faça sua assinatura pela internet:
adm.porantim@cimi.org.br



Com a mensagem que o saudoso Dom Franco Masserdotti enviou ao Cimi no Natal do ano passado, desejamos a todos e todas um feliz 2007.

Viver o Natal

O Natal nos traz a grande notícia de que SOMOS AMADOS POR DEUS.

Viver o Natal significa para nós tornar viva e concreta para todos esta notícia, dizer a todos que o nosso Deus nos ama porque veio morar conosco para que tenhamos vida e paz.

Significa colaborar com Deus para que a vida e a paz possam crescer nos caminhos tortuosos da nossa sociedade.

Então é Natal:

- ◆ quando lutamos pela paz contra todo tipo de violência;
- ◆ quando promovemos a justiça contra toda injustiça, corrupção e desigualdade;
- ◆ quando acolhemos o pequeno e o fraco como presença viva de Jesus;
- ◆ quando doamos um sorriso a quem está triste e estendemos a mão a quem precisa;
- ◆ quando sabemos perdoar.

APOIADORES

HORIZONT 3000



UNIÃO EUROPEIA

FORANIM